

## IGUALDADE E A DIFERENÇA: O DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO EPISTEMOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Adriel Paulo Scolari \*  
Consuelo Piaia \*\*

**Resumo:** A dualidade de sentidos e significados entre a diferença e igualdade, os desdobramentos e contradições geradas a partir dessa tensão que se reflete na vida cotidiana dos sujeitos sociais e suas subjetividades é o tema central deste texto. Parte-se da compreensão que a diferença traduzida pelas diversidades culturais, étnicas e de gênero encontradas em nossa sociedade ao longo dos tempos, se tornou critério de exclusão e inferioridade. Da mesma forma, a temática inclusão, tem se tornado um assunto recorrente nas mais diversas áreas da educação nacional e internacional, fonte de pesquisa e construção de saberes e atitudes. A padronização cultural semeia a diferença como inferioridade e exclusão, e a igualdade como normatização e normalização. Refletir e discutir esse tema implica no reconhecimento que a atribuição de valores e, portanto de classificação dos sujeitos pautados nos critérios de igualdade e diferença, faz parte da construção cultural fruto de processos históricos edificados nas relações de poder presentes no convívio social. A contemporaneidade aponta possibilidades de efetivação da igualdade e da diferença não traduzida na dualidade calcada na oposição de sentidos e representações, mas carregados de sentidos que se complementam e sustentam novas compreensões, atitudes e olhares perpassados por uma educação intercultural. A escola enquanto espaço de formação ontológica pode ser um desses espaços de desenvolvimento da humanidade e da construção de olhares múltiplos sobre e com o contexto complexo apresentado.

**Palavras chave:** Igualdade. Diferença. Escola. Educação intercultural.

## IGUALDAD Y LA DIFERENCIA: DIÁLOGO COMO PRINCIPIO EPISTEMOLÓGICO EN LA CONSTRUCCIÓN DE UNA EDUCACIÓN INTERCULTURAL

**Resumen:** La dualidad de significados y sentidos entre la diferencia y la igualdad, la evolución y las contradicciones generadas a partir de esta tensión se refleja en la vida cotidiana de los sujetos sociales y sus subjetividades es el foco de este texto. Se inicia con el entendimiento de que la diferencia traducida por cultural, étnica y de género que se encuentra en nuestra sociedad a través del tiempo, se convirtió en un criterio de exclusión e inferioridad. Del mismo modo, la inclusión tema se ha convertido en un tema recurrente en varias áreas de la educación, la investigación y la fuente de la construcción nacional e internacional de los conocimientos y actitudes. La uniformización cultural siembra la diferencia como inferioridad y la exclusión, y la igualdad como la normalización y estandarización. Reflexionar y debatir sobre ello implica el reconocimiento de que la asignación de los valores y, por tanto, la clasificación de los sujetos se alinearon los criterios de igualdad y diferencia, es parte del resultado de la construcción cultural de los procesos históricos construidos en las relaciones de poder presentes en la vida social. Los puntos contemporáneos posibilidades efectivas de igualdad y diferencia no traducidas en la dualidad acera en direcciones opuestas y representaciones, pero cargadas de significados que se complementan y sostienen nuevos entendimientos, actitudes y perpassados busca una educación intercultural. La escuela durante el entrenamiento espacio ontológico puede ser uno de los desarrollo de la zona de la humanidad y la construcción de múltiples puntos de vista sobre el complejo y el contexto presentado.

**Palabras clave:** Exclusión. Inclusión. Escuela. Educación intercultural.

## **Considerações iniciais**

O Brasil é um país multicultural e possui uma dimensão continental. São vinte e seis unidades federativas e um distrito federal. Segundo dados do IBGE de 2010, somos uma população de 190.755.799 habitantes distribuídos em 8.514.876 Km<sup>2</sup>; destes, 91 milhões se declararam como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817.963 como indígenas. A diversidade religiosa, de gêneros e de etnias são algumas das muitas expressões da multiculturalidade que está na raiz histórica do Brasil. Dessa diversidade, inúmeros são os saberes que brotam dos contextos locais encharcados de elementos culturais fruto do processo dialético que construiu a nação brasileira. Mas essa diversidade muitas vezes é percebida e tratada como elemento depreciativo na proporção que é desqualificada diante de uma racionalidade que inferioriza o diferente. Essa ideia faz parte de uma racionalidade a qual Santos (2007) denomina de sociologia das ausências. Ela produz a monocultura, ou seja, ao repetir sempre as mesmas coisas arrasa com outras formas de ser e existir alternativos ao hegemônico (SANTOS, 2007).

A monocultura elimina o olhar sobre o outro, o diferente, sobre as outras formas de saber, de pensar e de ser. É aquela que desenha os indivíduos, sufoca a possibilidade de novas e diferentes epistemologias. A epistemologia neste texto é compreendida como “[...] toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível.” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 15). Portanto, produz também um epistemicídio: a morte dos conhecimentos alternativos (SANTOS, 2007). O que não cabe na totalidade é produzido para não existir – invisível diante da padronização de uma sociedade assentada no capitalismo, patriarcalismo, oligarquia, individualismo e preconceitos. Implícita a essas primeiras palavras do texto estão os conceitos de igualdade e diferença. Para muitos, a igualdade é compreendida como inclusão, e diferença relacionada com processos de exclusão. Porém, essa relação não é simples por que tornar iguais não significa incluir e diferença não significa exclusão.

Os temas inclusão e exclusão têm se tornados recorrentes na área educacional e reveladores dos inúmeros processos de discriminação e preconceitos, mas a banalização dos sentidos atribuídos a eles pode torná-los vazios de sentido. Por isso, faz-se necessário definir os termos. Por isso, discuti-los é tarefa primeira

deste artigo.

Oliveira (2006) ajuda-nos a compreender o conceito de exclusão. Para ele os excluídos ocupam uma “[...] posição de desvantagem e identificados a partir de uma pertinência étnica (negros e índios), comportamental (homossexuais) ou outra qualquer, como é o caso dos deficientes físicos, por exemplo.” (OLIVEIRA, 2006, p. 3).

O termo inclusão pode trazer dificuldades de compreensão na medida em que muitos partem da reivindicação da igualdade. Incluir não significa somente dar oportunidades iguais, e sim dar oportunidades justas de acordo com as necessidades de cada grupo, sempre analisando o contexto envolvido. Quando se espera que todos sejam iguais não se respeitam as diferenças. Quando se oferece somente oportunidades iguais não se respeitam os diferentes contextos e históricos.

Neste sentido, cabe a nós questionar: a escola vem acolhendo e problematizando todas essas questões de forma adequada? Os profissionais da educação estão preparados para atender a complexidade de uma sociedade cada vez mais diversificada? Não se pretende chegar a respostas ao final, mas sim problematizar a escola para que este espaço seja realmente inclusivo, e uma educação que contribua de fato para um mundo mais humanizador, e que todos possam no mínimo pensar se estão contribuindo de alguma forma para evitar a exclusão de muitos na real participação social.

### **Exclusão, inclusão e educação inclusiva**

Apesar de existirem movimentos que exijam resoluções nos casos das exclusões, este fenômeno social continua a acontecer. Seja devido aos seus padrões hegemônicos de dominação e acesso as oportunidades, ou pela alienação social produzida em inúmeros espaços, com destaque neste século XXI para a mídia e as religiões de cunho conservador, onde se perpetuam certas normas de condutas que serviram, e ainda servem para “domesticar” pessoas em favor de interesses particulares. Nesse contexto, vivemos cotidianamente processos que desencadeiam ações que resultam na exclusão de inúmeros indivíduos. A exclusão implica no processo de negar as diferenças. Todos os seres que ocupam um mesmo planeta são diferentes. Entre indivíduos de uma mesma espécie, a humana, por exemplo, existem também muitas diferenças, sejam físicas ou comportamentais. Analisando

desse modo, pode-se compreender o porquê da complexidade que encontramos, principalmente em se tratando da educação, desse ser humano, complexo, único, diverso.

Nas últimas décadas seja pelas inovações tecnológicas, que descentralizam as informações, seja pela dinâmica dos processos sociais e a possibilidade de contato cada vez mais freqüente com outras regiões e culturas, percebe-se uma sociedade inquieta, complexa, possuidora de condições para questionar padrões hegemônicos de poder social e cultural. Neste contexto, surgem movimentos sociais, políticas públicas educacionais e publicações científicas, em especial na área da educação, que buscam fazer o movimento inverso: incluir.

A inclusão não significa o mesmo que aceitação ou integração. Inclusão deve ser uma conduta natural para qualquer pessoa que objetive a convivência digna com seus pares. A integração, por outro lado, é uma forma maquiada de discurso político de aceitar os diferentes, por isso, não se pode falar em aceitar ou respeitar, mas enxergar todos igual e democraticamente; este é o único caminho para uma sociedade justa e humanitária.

Quem deve ser incluído e por quê? Onde estão estipuladas as regras de quem é normal e de quem é diferente? Tem-se uma sociedade que se preocupa em incluir, mas ao mesmo tempo cria e estipula quem são os excluídos, e quem já ocupa seu lugar no grupo dos inclusos, os “normais”. Como afirma Rodrigues (2006), a diferença é uma construção histórica e culturalmente situada, classificar alguém como diferente quer dizer que quem classifica está inserido naturalmente em outra categoria, a “normal”. Uma educação para ser inclusiva deve abranger a todos, sem classificações, pois somos todos diferentes.

Adentrando na área da educação, sempre se ouve as lamurias quando se trata de educação inclusiva, entre elas: a escola não tem estrutura, os professores não têm formação adequada, o governo não auxilia e quer uma escola inclusiva. Precisa-se ter em mente como diz Rodrigues (2006) que uma escola inclusiva precisa de recursos materiais, não promovendo uma democratização de carências. Existem alunos que necessitam de certos recursos de que as “escolas especiais” dispõem que devem estar também disponíveis nas “escolas regulares”, do contrário se tira a qualidade educacional desses alunos. “A EI (escola inclusiva) pressupõe uma escola com uma forte confiança e convicção que possui os recursos necessários para fazer face aos problemas.” (RODRIGUES, 2006, p. 8). Porém,

deve-se ter consciência de que no momento que se acredita na profissão de educador, é preciso acreditar na mudança, na atitude e na vontade. Podem-se ter aulas e práticas inclusivas, ou melhor, práticas não excludentes. Existem exemplos de escolas sem nenhum recurso ou estrutura que com dedicação e colaboração de toda a equipe e comunidade revelam práticas pedagógicas que obtêm sucesso no processo de formação humana voltada a humanização das relações sociais.

Observa-se um discurso intenso por parte das organizações mundiais de educação para inclusão de todos na rede regular de ensino, entre eles, podemos citar a Declaração de Salamanca onde diz que:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. [...] deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. (BRASIL, 1994, p. 3).

Essa forma de inclusão à escola, tão necessária, implica em condições intelectuais e físicas desafiadoras, pois acolher essa diversidade humana exige uma postura aberta do educador. Essa postura faz-se necessária na medida em que se tem a consciência de que não se pode continuar reproduzindo padrões homogeneizadores de uma sociedade que há anos vem ditando os padrões comportamentais e culturais.

Ao escrever sobre a sociedade civil, Gramsci (1979) destaca o conceito de hegemonia. Para ele, este conceito significa um predomínio ideológico de valores e normas burguesas sobre as classes subalternas. Essas influências se estendem até comportamentos, pensamentos morais e intelectuais, políticos, religiosos, costumes e relações sociais.

Percebe-se que os processos de exclusão social são muito mais antigos do que se pensa. Como reverter ações de exclusão social em uma sociedade que há anos vem mascarando e impondo padrões de dominação de uma classe sobre a outra, de um povo sobre outro, de um ser sobre outro? Essas relações e tensões perpassam o Estado e a escola. Por isso, torna-se necessário pensar no ser humano de forma equânime. Espera-se que a escola, que *a priori*, é um dos ambientes onde se coloca a tarefa social de aprender a viver e conviver possa

ajudar a gerar caminhos pelos quais nossa sociedade se transforme criticamente em espaços de conquista e manutenção de direitos. Para isso a escola precisa ser um espaço democrático de construção de saberes e conquista da consciência crítica.

Mesmo com avanços em algumas áreas, ainda vivemos em sociedades com ênfase na democracia representativa e pouca tradição na democracia como forma de vida. A democracia implica no reconhecimento do outro. Habermas (2002) nos ajuda a compreender este fenômeno quando se refere a uma “cultura majoritária” que no:

[...] exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Isso tange questões políticas, que tocam o auto-entendimento ético e a identidade dos cidadãos. (HABERMAS, 2002, p. 164).

Quando esses processos ocorrem, diminuem significativamente as formas democráticas de viver e impõem-se padrões culturais que se materializam na exclusão de parte da humanidade. Essas relações que aparentemente são culturais camuflam relações de poder econômico.

Existe a necessidade da conscientização e o germinar de um sentimento humanitário para reverter tantas injustiças sociais com as quais nos deparamos todos os dias. Para modificar “[...] a cultura da exclusão e da pobreza, deve-se reconstruir as relações sociais pervertidas por um sistema econômico social e ambientalmente desumano e insustentável.” (RATTNER, 2006, p. 3).

### **Possível caminho: o diálogo como princípio de justiça e democracia**

Considerando-se essas questões levantadas, pode-se citar aqui um trecho da carta de encerramento do Fórum Social Mundial de 2002, por José Saramago, que traz uma bela reflexão a respeito das injustiças causada às pessoas ao longo do tempo. Ele conta a história de um camponês de Florença, do século XVI, que anuncia, nos badalos do sino utilizado para noticiar os acontecimentos do vilarejo, a morte da justiça. Como Saramago, estamos desejosos de:

[...] uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada

ser humano assiste [...] nem um só ser humano mais morreria de fome ou de tantas doenças que são curáveis para uns, mas não para outros. Houvesse essa justiça, e a existência não seria, para mais de metade da humanidade, a condenação terrível que objetivamente tem sido. (SARAMAGO, 2002, p. 4).

Semear a justiça nos termos citados acima é tarefa árdua. Tarefa que precisa ser construída a muitas mãos. O conceito de justiça abarca as compreensões de igualdade e diferença e essas relações se manifestam na escola. Por isso, esperam-se da escola os primeiros passos na constituição de uma sociedade justa e que saiba conviver em harmonia com essas diversidades. Parte-se então numa busca por uma equidade, que é entendida:

[...] como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc. (SPOSATI, 2002, p. 5).

Nesta perspectiva, equidade é condição para o combate a diferença compreendida enquanto inferioridade na busca pela reconfiguração das relações socioculturais. Silva (2011) embasado em autores como Habermas (2004) e Rousseau (1993), sinaliza que a melhor maneira de se construir uma sociedade justa e, portanto, equânime com base nos direitos humanos se dá por meio da democracia. O processo democrático não só é importante, mas essencial para se alcançar essa sociedade. “A ideia de democracia é, portanto, compreendida como um valor pelo qual as sociedades que almejam um maior grau de justiça e igualdade deveriam apelar, e a partir dela, se desenvolver.” (SILVA, 2011, p. 130). A cidadania se distende:

[...] além da mera participação no processo eleitoral, exigindo o engajamento num processo contínuo de discussão e crítica reflexiva das normas e valores que orientam a coletividade. [...] apenas o envolvimento e a participação de todos os atores interessados e possivelmente afetados por determinadas questões e problemas coletivos pode garantir a legitimidade e a justiça do processo público de tomada de decisões. Isto porque as questões coletivas devem ser objeto de apreciação e decisão por parte de todos. (SILVA, 2011, p. 129).

A inter-relação entre cidadania e democracia citada por pelo autor é um

processo exigente e contínuo de construção coletiva. A cidadania implica na democratização como forma de vida que se manifesta em uma postura dialógica. O diálogo, portanto, seria o um princípio pedagógico e epistemológico de uma educação e escola que busque o respeito e a emancipação humana. A escola como espaço de reflexão e conhecimento pode proporcionar processos pedagógicos emancipatórios na medida em que se relaciona de forma dialética com a sociedade de que faz parte produzindo reflexão e projetando ações (nem sempre intencionais) sobre e com essa sociedade.

O Brasil apesar de ter uma sociedade miscigenada e multicultural ainda convive com a intolerância quanto às diversidades, e onde se encontram altos índices de violência contra determinados grupos sociais. Segundo Aguilera (2010) há uma preocupação que leva-nos a observar a dificuldade em chegar a um acordo sobre a adequação das ações de uns e de outros, que se tenha consciência da:

[...] necessidade do diálogo no relacionamento com os demais, compreender a natureza dos conflitos que aumentam nos dias de hoje, e acima de tudo perder o medo da diferença, dos estranhos, que temos a tendência de marginalizar diariamente, seja física ou moralmente. (AGUILERA, 2010, p. 84, tradução nossa).

Neste sentido, o diálogo é compreendido como condição basilar para a superação de concepções calcadas na diferença enquanto inferioridade. Para isso, precisamos de uma escola que faça do diálogo reflexivo seu pilar estruturante e que construa uma educação intercultural. De acordo com Fleuri (2004, p. 17), a intercultura é um “complexo campo de debate entre as variadas concepções e propostas que enfrentam a questão da relação entre processos identitários socioculturais diferentes, focalizando especificamente a possibilidade de respeitar as diferenças e integrá-las em uma unidade que não as anule”, portanto, se configura para uma educação para a alteridade.

O Relatório Delors (1998) traz importantes condutas para uma educação que lute contra as exclusões. Sendo a educação um fator de coesão, deve preocupar-se com a diversidade dos indivíduos e grupos sociais, e o respeito deve ser um princípio fundamental “[...] que deve levar à proscrição de qualquer forma de ensino estandardizado.” (DELORS, 1998, p. 54-55). Muitas vezes as práticas nas escolas impõem o mesmo padrão cultural e intelectual podendo outras formas de expressão

e talentos. Por isso, é necessário “[...] promover uma educação intercultural, que seja verdadeiramente um fator de coesão e de paz.” (idem).

### **Considerações finais**

A problematização sobre as relações entre igualdade e diferença pretendia provocar reflexões sobre os limites e também as possibilidades que a diversidade produz em uma sociedade estratificada. Diante da exclusão faz-se necessária a real mudança de atitudes e emancipação de pessoas marginalizadas socialmente, historicamente e continuamente ao longo dos tempos e uma mudança comportamental de todos, incluindo o Estado. Isso pode parecer um sonho inalcançável, porém ao nos deixarmos vencer por um mundo capitalista e extremamente consumista, continuaremos reproduzindo os padrões dos grupos dominantes. Desvelar este contexto complexo e diverso é tarefa também da escola.

A escola pode se tornar um meio de conscientização, o início de uma longa caminhada de aceitação das diversidades, da aprendizagem de uma forma polida de tratar outros seres vivos. Temas como justiça, democracia, cidadania e inclusão não se separam. Eles exigem uma postura crítica e principalmente ações que se traduzem em gestos concretos.

Dois caminhos são bem conhecidos, os conformados, que pensam que não há solução, e os inquietos, mesmo que timidamente tentam implantar mudança. Às vezes é melhor ser conformado, quando se é incluso. E, às vezes é melhor ser conformado quando se é excluído também, pois romper os obstáculos para estes é sem dúvida muito mais difícil.

### **Notas**

\* Adriel Paulo Scolari é mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e graduado em educação física pela mesma instituição. É graduando em Pedagogia pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai e especialista em docência do ensino superior pela Universidade Gama Filho. Atua nas áreas de formação de professores, educação para diversidade, educação e sexualidade, direitos humanos. E-mail: adriel\_scolari@hotmail.com

\*\* Consuelo Piaia é doutoranda em Educação da Universidade de Passo Fundo (UPF) e mestre em Educação pela mesma instituição. Possui graduação em História e especialização em História Regional. Trabalha com formação de professores em temas como escola, processos pedagógicos e movimentos sociais populares. E-mail: ccpiaia@hotmail.com

## Referências

AGUILERA, Josep. M. A. El contexto. In: **El desarrollo del tacto pedagógico**. Barcelona: Graó, 2010, p. 79-117.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papiрус, 1986.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Grifos**, n. 15, maio de 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos ‘existem’?** Notas sobre a laboração de um novo conceito. 2006. Disponível em <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

RATTNER, Henrique. Exclusão social. **Revista Espaço Acadêmico**, ano VI, n. 65, out. 2006.

RODRIGUES, David (org). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo, Abril, 1993.

SARAMAGO, José. Este mundo da injustiça globalizada. Texto lido na cerimônia de encerramento do **Fórum Social Mundial 2002**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000302.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

SILVA, Renato de Almeida Vieira e. Os Ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade na Prática Democrática: Entre ROUSSEAU e HABERMAS. **Revista Lumenet Virtus**, v. II, n. 4, p. 121-133, maio 2011.

SPOSATI, Aldaíza, Mapa da exclusão/inclusão social. In: **Políticas públicas: proteção e emancipação**. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp11.htm>>. Acesso em 14 jun. 2015.

SANTOS. Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em: março de 2015.

Aprovado em: maio de 2015.